

A CHINA RUMO AO SÉCULO XXI (TRANSFORMAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO)

*Severino Bezerra Cabral Filho**

*"Confucius did not go to extremes."
Mencius*

*"O Brasil é a China da América."
Gilberto Freyre*

O sistema de relações internacionais, após a Guerra Fria, sofreu transformações radicais, alterando-se profunda e decisivamente a configuração do poder político mundial. Com o fim da confrontação Leste-Oeste, abriu-se um novo período histórico, marcado pelo término da bipolaridade. Essa nova realidade apresenta feição particular pelo peso significativo da emergência da China e da Ásia Oriental, como fator decisivo da cadeia de transformações que reestruturam a ordem mundial.

A China aparece cada vez mais como um ator relevante do sistema internacional. Sendo um dos mercados emergentes da economia global, vem se mantendo como a principal área de crescimento do mundo em desenvolvimento. Crescendo a taxas de 10% ao ano por uma década e meia, a

* Coordenador do Programa China-Ásia-Pacífico da Universidade Cândido Mendes (Rio de Janeiro). Está concluindo Doutorado na Universidade de São Paulo, integrou a Missão Acadêmica do Ministério de Relações Exteriores do Brasil aos Institutos de Estudos Estratégicos Internacionais da República Popular da China, Hong Kong, Macau e países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSEA) em setembro de 1994 e a Missão Acadêmica da Universidade Cândido Mendes à mesma região em dezembro de 1995.

República Popular da China surpreende principalmente por ter realizado a reforma de suas estruturas, escapando da crise que se abateu sobre o conjunto dos países socialistas. Para o mundo do século XXI, projeta-se como um novo e gigantesco parceiro global, que se encontra a meio caminho entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento¹.

Essa imensa sociedade em transformação, constituída de uma quarta parte da humanidade, fascina tanto quanto estimula a imaginação e o interesse do Ocidente. Por vezes, desperta inquietações e hostilidades de setores que se preocupam com a ausência de sinais de "declinismo" na dinâmica e no ritmo da China contemporânea. E, no entanto, despertando ora o entusiasmo da Senhora Thatcher (que chega a prever que, dentro de 20 anos, a China será um dos pólos do poder mundial) ora o interesse de Henry Kissinger (para quem o término da Guerra Fria não diminuiu, mas antes aumentou a importância estratégica do Dragão Chinês), o grande país do Oriente não deixa indiferente a nenhum observador da cena internacional.

Mas o que constitui de fato o fenômeno chinês? Ou o que pode ser o fator chinês e em que pode interessar ao desenvolvimento brasileiro, quando se aproxima o terceiro milênio?

Trata-se muito simplesmente, além do gigantismo populacional, da extensão continental e do seu povo de características tão peculiares, da mais rica tradição histórica e cultural acumulada pela humanidade. Uma evolução civilizacional multimilenar, que surge em pleno Novecentos com o mesmo ímpeto renovador com que, no começo de nossa era, transformou uma confederação de reinos num vasto império. E como bem percebeu a mercurial figura de Ernst Fenollosa: "Este século XX não somente vira uma nova página do livro do mundo como também dá início a outro espantoso

¹ Em recente discurso perante a America-China Society, o Presidente Jiang Zemin avançou a tese de que a reforma chinesa entrou numa nova fase, ao definir a meta de construir uma economia de mercado socialista. Depois da reforma e da abertura da China Popular, iniciada, sob a liderança Deng Xiaoping, a partir do III Pleno do XI Comitê Central, essa nova dimensão, definida pelo arquiteto geral da modernização chinesa na sua famosa viagem de inspeção ao sul da China em 1992, inaugura uma outra etapa do que vem sendo chamada a "nova longa marcha chinesa" rumo ao século XXI. O que, segundo Jiang Zemin (1995), constitui um "*creative endeavor in the world history of socioeconomic development*".

capítulo. (...) O problema chinês, de *per se*, já é tão vasto que nenhuma nação se pode permitir ignorá-lo".

Pode-se até mesmo pensar que a unificação da humanidade chinesa, que se observa nos dias que correm, movida pela intensificação dos meios de comunicação eletrônicos de massa, é um acontecimento que trará tão profundas repercussões para a civilização mundial quanto as que sucederam ao século III antes de nossa era, quando da unificação do ecúmeno e da escrita chinesa empreendida por Qin Shi Huangdi.²

Desde agora, porém, já proporciona a mais elevada taxa de crescimento e o ritmo mais intenso do processo de industrialização asiático e mundial. Face à dimensão e ao peso estratégico da China, o impacto da projeção dessa economia nas próximas duas décadas tira o sono de alguns observadores interessados na manutenção do *status quo* na política internacional. Na verdade, todas as fórmulas pensadas para o após Guerra Fria tomam a China como alvo. Nesse caso, por exemplo, encontra-se o celebrado ensaio de Samuel Huntington (1993), **The Clash of Civilizations**, onde se elege a civilização confuciana (junto com o Islã) como inimiga jurada do Ocidente. Busca-se, nesse caso, um sucedâneo do famigerado "Império do Mal" soviético.

No outro lado do espectro, encontra-se a subestimação do fator chinês na estabilização do sistema político internacional, como se pode notar em artigos recentes publicados em revistas especializadas norte-americanas, como **Foreign Affairs** ou **Foreign Policy**. Especula-se com a possibilidade de um *break-up* neste fim de século, como ocorreu na época dos **Tratados Desiguais** e das insurreições

² A unificação da escrita por Qin Shi Huangdi permitiu o extraordinário florescer da língua literária do povo Han, que serviu de base aos sistemas escritos de toda a Ásia Oriental (Japão, Coréia, Vietnã). Mas o sistema permanecia como um equivalente à nossa herança greco-latina: uma língua de letrados, enquanto a fala do povo se diferenciava em vários falares regionais. A revolução do século XX, acentuada pelo uso da televisão e do rádio, vem gerando meios para a unificação do chinês falado. O que se assiste hoje em toda parte onde se encontra uma comunidade chinesa (China Continental, Taiwan, Hong Kong, Macau, Cingapura) é o Mandarim (pronúncia *standard* da norma culta) unificar a quase-totalidade da humanidade chinesa. O que torna imperativa para o adensamento das relações bilaterais entre o Brasil e o mundo chinês e asiático de influência sinica a intensificação entre nós dos estudos universitários da língua, da filosofia e da história da China antiga e contemporânea. Para conhecer um pouco as dificuldades da implantação dessa área de estudos, mas também a sua importância na política e na diplomacia, convém ler o admirável livro de John K. Fairbank **Chinabound; a fifty-year memoir**.

que provocaram a crise da última dinastia, sonhando talvez em nova pilhagem e partilha da China.

A perspectiva de um país como o Brasil deve distanciar-se necessariamente dessas avaliações, na medida em que se depara com os mesmos desafios e oportunidades que envolvem a ascensão chinesa. Na verdade, deve inspirar-se em muitas das políticas adotadas pelos chineses e outros países asiáticos para enfrentar o problema crucial do crescimento, em meio à transição para a Terceira Revolução Industrial. Deve estabelecer sempre como parâmetro de sua atuação, ou seu ângulo de visão, o interesse nacional, investido da dupla condição de *Global Trader* e *Global Player*.

Nesse sentido, este, constitui especial momento da política externa brasileira em que começa a estender para a China e para a Ásia-Pacífico o foco de suas atenções, gerando laços e parcerias com o verdadeiro núcleo-chave do sistema internacional, que se projeta em direção do século XXI. A partir destes últimos dois anos, as relações comerciais entre o Brasil e a China não cessaram de crescer nos dois sentidos, embora se situem muito aquém do que se pode esperar das duas maiores economias do mundo em desenvolvimento. Não se pode deixar de esperar que emerja uma nova relação, em face dos desafios comuns enfrentados pelos dois países, que se situam de modo convergente na defesa da paz e do desenvolvimento.

O consenso nacional chinês, após a era Mao Zedong (fundador e líder da República Popular por três décadas), apresenta como imperiosa necessidade política a criação de um ambiente mundial pacífico, que seja propício ao seu desenvolvimento e que se mantenha pelos próximos 100 anos pelo menos. Conclama, pois, a todos os países para que orientem seus esforços nessa direção, quaisquer que sejam os regimes políticos e as formas culturais neles imperantes.

Baseados na concepção desenvolvida pelo arquiteto geral da política de reforma e abertura, Deng Xiaoping (sucessor de Mao como líder máximo do país), os dirigentes chineses centraram sua linha de atuação principal na construção econômica nacional, voltada para a meta de que a China venha a tornar-se um país moderadamente desenvolvido até meados do próximo século. Trata-se de um projeto nacional de desenvolvimento de longo alcance e de enorme importância para o sistema de relações internacionais, pois ele

visa responder ao duplo desafio de criar uma ordem mundial estável e justa baseada na paz e no desenvolvimento.³

A grande crise do começo dos anos 90 pode ser vista como abertura de novas possibilidades geradas pela dissolução da ordem bipolar e pela progressiva emergência de novos centros mundiais de poder, configurando-se, assim, o cenário de um mundo multipolar. Decorre desse fato crucial a necessidade da reestruturação dos organismos e das instituições internacionais, entre os quais a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas se impõe como um elemento incontornável.

O término da Guerra Fria — o conflito entre as duas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, que gerou uma paz armada durante décadas, pontilhada de conflitos armados em todos os continentes — criou um ambiente de esperança na diminuição da corrida armamentista, mas também o temor de que surjam novos conflitos e novas clivagens de alcance global. As tentativas, por parte de algumas das grandes potências, de conduzir o pós-Guerra Fria em termos hegemônicos têm mantido as regras do jogo do poder mundial, o que favorece as suas manobras tanto no campo econômico quanto no político e técnico-industrial. No entanto são extremamente ruins para a criação de um macroclima internacional de distensão e de apaziguamento.

Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, aos quais o Brasil se associa, parece claro que a necessidade de uma nova ordem política mundial deva basear-se no respeito mútuo à soberania e à independência de todos os países, à integridade territorial, à não-intervenção, à cooperação e aos mútuos benefícios dela decorrentes, à aceitação de diferentes estruturas

³ O pós-Guerra Fria tem permitido aos líderes chineses exercitarem o seu sempre criativo discurso sobre o estado das relações internacionais. Em seu já supracitado pronunciamento, o Presidente Jiang Zemin destaca como elementos dinâmicos da conjuntura internacional, além do fim da bipolaridade e do incremento da multipolaridade, a emergência dos fatores econômicos e o progresso da ciência e da tecnologia como importantes tendências em curso nas relações internacionais, para acentuar que a paz no Mundo, o desenvolvimento para todos os países e o progresso das sociedades se transformaram nos principais temas deste final de século. Como se pode observar, agenda bem oposta aos desvarios ideológicos em curso no Ocidente (a outra face da problemática simétrica do "milenarismo liberal" e do "Human Rights"), onde medram os "separatismos" e em que se especula a próxima guerra. Esta se travaria não mais entre "azuis e vermelhos", mas, sim, entre "civilizações" — conceitual e conflitivamente inimigas (entre as quais sibilamente se inclui a "latino-americana").

políticas e sócio-culturais e à sua coexistência pacífica. Conceitos que forjaram não só o mundo pós-colonial, como também devem modelar a ordem política internacional neste fim de século. Esses princípios se completam, em mais largo sentido, com a reivindicação de uma nova ordem econômica internacional, baseada na cooperação para o desenvolvimento sustentado de todos os países. Assim, seria gerado um cenário propício à coexistência de países de diferentes estruturas sócio-econômicas no seio da comunidade internacional.

A possibilidade de que o sucesso dessa política se afirme nas próximas décadas abre uma via real para a mudança no sistema internacional, de tal ordem que implica, por sua lógica intrínseca, a profunda vinculação do destino do Hemisfério Sul à emergência da China como um dos pólos do poder mundial.

No Brasil, o estudo dessas questões vem sendo retardado por uma resistência prolongada de se pensar a reversão do quadro estratégico mundial, provocado pelas transformações na China e no conjunto da região da Ásia-Pacífico. A essa inércia vem somar-se o fato altamente inibidor da escassa presença na universidade de estudos específicos sobre o mundo de cultura sínica (que inclui, além da China, o Japão, a Coreia e o Vietnã). Em que pese à existência de esforços relevantes por parte de vários pesquisadores brasileiros no campo da sinologia, alguns responsáveis por obras que obtiveram reconhecimento por parte de universidades e especialistas estrangeiros, persiste o fato de que inexiste uma escola brasileira dedicada ao estudo do sistema de pensamento em que se baseia a vida cultural de mais de dois terços da humanidade.

O estudo atento do fenômeno chinês é seguramente uma necessidade para o analista da conjuntura política e econômica mundial. A presença da China como país em desenvolvimento, que dispõe de imensos recursos financeiros, exercendo enorme atração sobre os fluxos de capitais internacionais — pela força combinada do seu gigantesco mercado e pela oferta quase ilimitada de mão-de-obra —, impõe-se em todos os horizontes da chamada economia global. No cenário econômico do amanhã, emerge a China unificada (o que inclui a reintegração à autoridade de Beijing dos enclaves coloniais de Hong Kong e Macau e da província rebelada de Taiwan) como um quarto pólo da economia mundial.

As projeções dos organismos internacionais desenham esse quadro com os expressivos números do crescimento chinês nas últimas duas décadas. A discussão que tem livre curso entre especialistas hoje trata da sustentabilidade

desse ritmo por mais duas décadas, até se completar o ciclo de construção de uma avançada civilização industrial no centró do que será o maior ecúmeno estatal do Planeta — um verdadeiro megaestado do século XXI. No recente debate sobre a nova ordem mundial, emergiram concepções acerca da evolução do quadro político internacional que, nitidamente, se orientam por um viés defensivo antichinês. Refletem claras resistências à ascensão da China e implicam a defesa da continuidade do clima de guerra fria.

Numa forma intelectualmente, sofisticada, encontra-se a retomada por Fukuyama do tema hegel-kojeviano do "fim da História", associado com as variações em torno do "último homem" nietszchiano. A sua tese implica uma espécie de "milenarismo liberal" que regularia as relações internacionais no pós-Guerra-Fria. Em seu livro mais recente, **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**, preocupado com o futuro do capitalismo, reintroduziu em suas análises a oposição weberiana entre a moral confuciana e a moral puritana, para forjar o conceito de *high-trust society* face às *low trust society*. Segundo Fukuyama, essa dicotomia entre sociedades de alta e baixa confiabilidade social sanciona o destino da civilização pós-industrial do século XXI. Na sua concepção, devem-se diferenciar no interior da sociedade pós-industrial os "puritanos" EUA, Alemanha e Japão da Europa Latina (França e Itália), confundidos em seus valores católicos de caráter patrimonial e familiar com a China confuciana. O que parece sintomático em todas as versões do mito é que a China aparece sempre como um obstáculo, por carência ou por excesso, à realização do *world dream* de uma sociedade individualista de corte webero-toquevilliano.

Outra grande tentativa de pensar o mundo gerado pela crise do campo socialista é o ensaio de Samuel Huntington (1993), **O Conflito de Civilizações**, em que retoma as visões dos grandes conjuntos da história universal de Spengler e Toynbee. Trata de repropor o conflito ou o antagonismo básico de nossa época, localizando a sua fronteira entre os blocos civilizacionais, que distribui em oito grandes: ocidental, eslavo-ortodoxo, islâmico, confuciano, japonês, indiano, africano e latino-americano. Em seu esquema, o Ocidente, constituído de seu núcleo euro-ocidental e norte-americano, confronta-se principalmente com o mundo islâmico-confuciano. Mais uma vez, à China é dado o papel de nova adversária global do Ocidente.

Por último, mas não em último, o Assessor do Conselho de Segurança Nacional dos EUA do Governo Clinton, Sr. Anthony Lake, propôs o conceito de *enlargement* para substituir o de *containment*. De acordo com Lake, trata-se

de aproveitar o fato de os "vermelhos" terem perdido a Guerra Fria para os "azuis", o que torna possível ampliar o âmbito de validade dos princípios democráticos ocidentais, implantando universalmente as regras do *free market & human rights*.

Em todas essas variantes, podem-se observar pontos nodais de resistência à existência de uma potência não ocidental — nutrida dos valores de uma civilização clássica modernizada pelo contato com o marxismo-leninismo e dotada de forte vontade política, capaz de unir-se à grande maioria dos países saídos do colonialismo e do semicolonialismo na defesa de uma nova ordem econômica e política internacional.

A questão que centraliza o contencioso é a oposição chinesa a toda e qualquer força hegemônica que tente impor-se pela força ou pressão política. Nesse sentido, converge para uma posição comum à maioria dos países em desenvolvimento na busca de um ambiente de paz, desenvolvimento e estabilidade. Pode-se conceber, a partir disso, a extrema importância de uma análise que vise aproximar a visão do futuro desenvolvimento chinês das percepções brasileiras dos desafios que o Mundo do terceiro milênio encerra.⁴

O problema da retomada do desenvolvimento brasileiro, na ordem do dia depois da exitosa estabilização monetária, impõe acurada reflexão por parte dos responsáveis pela decisão nas áreas econômica e financeira. A abertura econômica chinesa, que se caracteriza pelo estilo gradualista e incremental, e a implantação de uma economia de mercado socialista na China Popular são dois fenômenos que devem ser cuidadosamente analisados à luz da experiência desenvolvida pelo Brasil ao longo de sua industrialização.

⁴ Uma das reais necessidades do trabalho intelectual de hoje é a de consolidar em nosso universo acadêmico e universitário um campo de estudo da língua, da filosofia e da história da China e da Ásia Oriental. Dirigindo esforços nessa direção, poder-se-á estabelecer com centros de estudo no Brasil e na China uma interação capaz de gerar mais e mais pesquisas, que venham a compor um pensamento brasileiro adequado ao desafio que se abre ao Mundo com o deslocamento do centro de gravidade político mundial para a região da Ásia-Pacífico. Uma contribuição ao esforço desenvolvido por brasileiros e chineses para o aprofundamento do conhecimento mútuo e recíproco tem sido feita por trabalhos jornalísticos notáveis publicados nos últimos tempos, mostrando uma acurada observação do fenômeno chinês do ângulo de visão que interessa ao Brasil. Faz-se referência aos livros do Jornalista Carlos Tavares de Oliveira, que não só informam com objetividade e inteligência sobre a China de hoje, como também situam a posição brasileira através de documentos e de uma análise precisa dos passos diplomáticos e da interação política entre os dois países. Recentemente, foi lançado o excelente relato de viagem do Jornalista Carlos Drummond, quase um roteiro completo para o visitante que se lança à descoberta do planeta China.

O pragmatismo da reforma chinesa e o processo do despertar da China configuraram uma verdadeira revolução ao final do século. Ela se apresenta principalmente a partir da abertura da China ao Mundo em 1979, o que antecipou em anos a reforma socialista na Europa. Reintegrando-se à economia mundial e adotando uma política flexível, o regime chinês pôde acumular forças para responder à crise de 1989 com mais crescimento e unidade. Essa política tem-se mostrado consistente, ao enfrentar as reviravoltas da crise geral das economias socialistas.

Um momento-chave da reforma na China deu-se quando da mudança da linha geral do partido, com a transferência do eixo central para a construção econômica. Ao abandonarem a linha anterior de privilegiar a luta de classes, os comunistas, sob a liderança de Deng, o arquiteto geral da nova política, romperam com a visão esquerdista e confrontacionista que impedia o diálogo com a diáspora chinesa. Ao optar por uma política de estabilidade e unidade, ao invés de insistir na busca da unidade pelo confronto, a direção comunista chinesa após Mao afastou o espectro de uma fragmentação do ecúmeno chinês e alargou a participação da China exterior no processo de desenvolvimento interno.

Com isso, pôde desenvolver a política de reforma das relações no campo com a ênfase na adoção do "sistema de responsabilidade". O crescimento econômico e o desenvolvimento contínuo da agricultura sancionaram a nova política concebida por Deng Xiaoping, legitimada em termos doutrinários pelos conceitos de "buscar a verdade nos fatos" e "emancipar a mente", extraídos do "pensamento Mao Zedong". Paralelamente, a abertura das zonas econômicas especiais (que integrou a economia chinesa à dinâmica do mercado mundial e reintegrou sua diáspora ao processo interno) permitiu a criação de amplo experimento com técnicas e capitais externos, desencadeando um rápido processo de industrialização que já dura duas décadas.

O segundo momento-chave situa-se no ápice da crise do final dos anos 80, quando a intervenção de Deng Xiaoping manteve a estrutura política intocada, mas ampliou a reforma econômica. Com essa decisão, ele redesenhou a configuração da China do século XXI, ao criar o conceito de uma "economia de mercado socialista", conceito definido como a espinha dorsal do que concebe como sendo um "socialismo de característica chinesa", certamente tão criativo e inovador quanto o da Guerra Popular Prolongada e o papel da Frente Única, elaborados por Mao durante a guerra civil.

O êxito dessa política permitiu a superação dos problemas críticos, que atingiram praticamente todas as economias socialistas. Abriu também o caminho de uma possível resposta à crise do socialismo, que tão profunda e intensamente vem marcando as transformações da conjuntura internacional. O seu principal mérito tem sido o de apontar uma via para o desenvolvimento para países de rendas baixa e média e para os de industrialização já consolidada, como o Brasil, mas que se encontram estancados em seu processo de crescimento.

O desenvolvimento chinês encontra-se inserido num processo amplo de criação das bases do maior mercado de consumo do Mundo, vinculado aos pontos avançados da acumulação de capital em Tóquio, Seul, Taipé, Hong Kong e Cingapura. Ao reintegrar-se ao mercado mundial, a China Popular deu partida para a geração de uma megaplataforma de produção, de consumo e de circulação de mercadorias.⁵

O relacionamento econômico do Brasil com a China não tem acompanhado o processo em toda a sua velocidade. Embora complementares, as economias dos dois maiores países em desenvolvimento não tinham até há pouco um intercâmbio bilateral equilibrado. Este ano, porém, as exportações e as importações alcançaram um mesmo piso (657 bilhões de dólares/FOB de exportações e 648 bilhões de dólares/FOB de importações no período de jan./95 a ago./95). Deu-se uma reversão de tendência, com aumento expres-

⁵ A industrialização da China, que acaba o ciclo de sua modernização iniciada em 1911 e reafirmada em 1949 (quando, nas palavras de Mao, a China se pôs de pé), significa não só uma revolução do nosso século, mas também a completude do processo desencadeado na aurora dos tempos modernos pelos navegadores portugueses. Fala-se muito na terceira revolução técnica e científica e na crise da URSS e do Leste Europeu e pouco no significado da integração chinesa ao mercado mundial. Sem a abertura chinesa, que teve início no começo dos anos 70 e se acentuou e se ampliou no final da década, não haveria o *Global Market* dos anos 90. A aventura que se inicia neste final de século resulta do efeito multiplicador desse processo no quadro de poder mundial. A questão que desafia a imaginação é a da possível transformação da China em um megaestado. A discussão em curso entre estudiosos norte-americanos do fenômeno tem se pautado pelo que se poderia chamar de a "síndrome da China". Essas análises, ora positivas, ora negativas, quando lúcidas, o que nem sempre é o caso, dado o grau de resistência, costumam esquecer, na avaliação do potencial nacional chinês, de aplicar a regra de Morgenthau das três correlações: da China com as demais potências; do seu poder atual com o possível nos próximos 100 anos; e, *last but not least*, os vários fatores de poder inerentes ao fenômeno nacional chinês. Ver, a respeito, **Typical errors of evaluation**. (MORGENTHAU, 1973?).

sivo de nossas importações. A abertura de mercado no Brasil permitiu a uma ampla gama de produtos chineses de consumo popular, em faixa de tradicional presença brasileira como têxteis e calçados, introduzir-se na pauta de importações brasileiras.

Esse fato, em si mesmo positivo, apresentou alguns problemas para o produtor nacional afetado pela concorrência. As dificuldades de se definir uma política industrial adequada à conjuntura têm permitido algumas reivindicações de cunho protecionista discriminatórias e extremadas, que não favorecem o diálogo produtivo em prol dos amplos interesses comuns apresentados pelas duas economias.⁶ De tal modo o intercâmbio entre as duas potências do mundo em desenvolvimento é importante para o crescimento conjunto, que uma adequada compreensão do problema pode ajudar na definição de uma política de sustentação de empregos brasileiros e de alocação de capitais sino-brasileiros em empresas comuns.

Algumas áreas devem ser objeto de estudo, para uma imediata cooperação em regime de associações nos dois sentidos. A primeira é a exploração da vasta província minerífera; uma segunda, obras de infra-estrutura e a estrutura de serviços nos dois países; a terceira, no campo da produção de alimentos; uma quarta poderia prever associações com produtores brasileiros em áreas concorrentes para a exploração comum dos dois mercados.

Há uma outra esfera em que a cooperação já vem rendendo frutos, que é a científico-tecnológica — com o projeto de construção conjunta sino-brasileira de satélites para o monitoramento de recursos naturais —, que prevê transferência de tecnologia para o Brasil no estratégico domínio aeroespacial. Trata-se, provavelmente, do maior empreendimento nacional no setor de alta tecnologia.

⁶ A balança comercial superavitária do Brasil com a China sofreu uma inflexão neste último ano. Entretanto o mais importante fato foi a descoberta de que o volume de trocas e o intercâmbio podem ampliar-se sensivelmente nos próximos anos. Podem quadruplicar-se e alcançarem a cifra de US\$ 4,5 bilhões a US\$ 5 bilhões — o mesmo tamanho do intercâmbio do Brasil com os países do Mercosul. Estará, assim, junto com o bloco europeu, o Japão e os Estados Unidos como parceira econômica do Brasil. O que significa que tornará efetiva a consolidação do Brasil como um *Global Trader*. Mas o que efetivamente pode influir no nosso desenvolvimento é a interação com a economia chinesa vir a estabelecer novos *standards* e a propiciar maior abertura de visão para o mundo econômico e financeiro brasileiro.

Os pontos convergentes do interesse econômico do Brasil e da China são permanentes e resultam das vantagens que podem retirar de sua aproximação a partir de certas constantes estruturais — a dimensão continental, a grande população e os recursos naturais abundantes — e do fato de serem, ainda, países importadores de capital e tecnologia.

A viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso à República Popular da China, a terceira de um presidente em exercício, elevará mais ainda o relacionamento entre dois Estados, que praticam uma política externa independente, de cooperação e integração à comunidade internacional, e que atuam positivamente nos organismos internacionais para a criação de um macroclima que favoreça o desenvolvimento, a estabilidade e a paz mundial.⁷

Bibliografia

BOOK OF LAOZI, The (s.d.). Beijing: Foreign Languages.

CAMPOS, Haroldo, org. (1994). **Ideograma: lógica, poesia, linguagem**. São Paulo: EDUSP.

CONABLE JUNIOR, Barber, LAMPTON, David M. (1992/1993). China: the coming power. **Foreign Affairs**, New York, winter.

DENG, Xiaoping (). **Obras escogidas**. Beijing: Ediciones en extranjeras. v.3.

DRUMMOND, Carlos (). **Viagem à Grande China**. São Paulo: Scritta Editorial.

⁷ A visita do Presidente chinês ao Brasil em 1993 revestiu-se de especial valor, em face das circunstâncias que a cercaram. Ao participar, pouco antes da viagem, da reunião de cúpula dos países da APEC, realizada em Seattle, o Presidente da República Popular da China havia rompido o cerco diplomático imposto pelos EUA, à frente do "Grupo dos Sete", como retaliação ao fato de que o Governo chinês não se dobrara às pressões externas, atentatórias à sua soberania, quando da resolução do incidente de Tiannamen. A vinda ao Brasil para uma visita presidencial de cinco dias, logo após o sucesso diplomático, evidenciou o alto nível de relacionamento político alcançado pelos dois países. De igual modo, pode-se observar que, praticamente, a totalidade da cúpula do partido e do Governo já visitou nestes últimos anos o Brasil; uma demonstração do papel protagônico reservado ao nosso País nos próximos lances da reestruturação estratégica em curso no Mundo após a Guerra Fria.

- FAIRBANK, John K. (). **China: a new history**. London: The Belknap/ Harvard University.
- FAIRBANK, John K. (). **Chinabound: a fifty - year memoir**. New York: Harper & Row.
- FAIRBANK, John K., REISCHAUER, Edwin O. (). **East Asia: tradition and transformation**. Tokyo: Modern Asia.
- FREYRE, Gilberto (1953). **Um brasileiro em terras portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympo.
- FUKUYAMA, Francis(c1992). The end of history. **National Interest**, n.16, summer.
- FUKUYAMA, Francis (1992). **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco.
- GODEMENT, François (). **La renaissance de l'Asie**. Paris: Odile Jacob.
- HARDING, Harry (). **China at the crossroads: conservatism, reform or decay? (Asia's international role in the post- Cold War Era)**. London. (Adelphi Paper, n.275, part 1)
- HUNTINGTON, Samuel P. (1993). The clash of civilizations. **Foreign Affairs**, New York, n.3, summer.
- JIANG, Zemin (1995). **China and China - US relations towards the new century**. New York. 23 out.
- JOPPERT, Ricardo (1978). **O alicerce cultural da China**. Rio de Janeiro: Avenir.
- LI, Peng (1992). For an effective international co-operation. **Peace**, Beijing, n.27, sept. (Intervenção do Primeiro ministro chinês na Conferencia das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992).
- LI, Tiejing (). **A reforma e abertura ao exterior da China: a grande prática de 1.2 bilhões do povo chinês**. Instituto Ferdinand Braudel. (Palestra do Presidente da Comissão Estatal da Reforma da estrutura econômica da RPC; mimeo)
- MAO, Zedong (1975). **Obras escolhidas**. 3.ed. Beijing: Edições em linguas estrangeiras. 4v.
- MORGENTHAU, Hans J. (1973) **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 5.ed. New York: Alfredo A. Knopf.

OLIVEIRA, Carlos Tavares (). **China: superpotência do século XXI.** Rio de Janeiro: Foglio.

OLIVEIRA, Carlos Tavares (). **Estados Unidos e China: o desafio econômico.** São Paulo: Aduaneiras.

OLIVEIRA, Carlos Tavares (1990). **O despertar da China: abertura para a economia de mercado.** São Paulo: Aduaneiras.

ZHU, Rongji (1993). **A reforma e abertura da China e as relações entre a China e a América Latina.** São Paulo: FIESP, (Palestra proferida pelo Vice-Primeiro ministro em 31 de maio).